



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa - Conselho do Povo Terena - ATY GUASU – COIAB

Brasília, 11 de janeiro de 2021

Caro sr. Fink,

Saudações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização representativa e reconhecida nacionalmente que reúne o movimento indígena brasileiro em torno do objetivo de promover e defender os direitos indígenas, em coordenação com organizações aliadas do Brasil e do mundo.

Escrevemos para o senhor hoje porque já se passou quase um ano e meio desde que comunicamos pela primeira vez ao senhor, a sua equipe de alto escalão e ao seu conselho de administração sobre os impactos dos investimentos da BlackRock em empresas que atuam na floresta amazônica. Portanto, achamos necessário documentar publicamente a amplitude dos impactos dos investimentos da BlackRock nos povos indígenas e na Amazônia. Esses impactos incluem desmatamento ilegal e violações dos direitos humanos, grilagem de terras e aumento das emissões de carbono causado por incêndios. Por fim, escrevemos para reiterar nosso apelo para que a BlackRock adote uma política abrangente de proteção às Florestas e aos Direitos Indígenas.

Na reunião anual de acionistas da BlackRock em maio de 2019, dirigi-me ao senhor e aos demais presentes em nome da APIB. Como expliquei na ocasião, os mais de 900 mil indígenas que residem no Brasil – incluindo 115 grupos que vivem em isolamento voluntário na floresta amazônica – testemunhavam um grande aumento no desmatamento e incêndios ilegais promovidos em prol do avanço do agronegócio, a saber, da indústria de carne bovina e soja, que são as principais causas da violência e destruição contínuas perpetradas aos nossos povos.¹

Poucas semanas depois, as chamas se alastravam pela floresta amazônica. Depois que a atenção e a indignação do mundo se dirigiram aos incêndios de 2019, e em resposta a uma carta da Coordenadora Executiva da APIB, Sônia Guajajara, enviada ao senhor em outubro daquele ano, membros de sua equipe nos contataram para uma reunião. Um telefonema muito breve ocorreu em dezembro de 2019, no qual sua equipe nos garantiu que as mudanças viriam de dentro da BlackRock. Concordamos em realizar uma reunião presencial, agendada para março de 2020, com Michelle Edkins, Diretora Administrativa de Gestão de Investimentos, e Barbara Novick, à época Diretora Global de Gestão de Investimentos.

Tal reunião presencial nunca ocorreu, nem houve qualquer outro contato posterior por parte de sua equipe. Embora reconheçamos que a COVID-19 causou sérias adversidades para todos nós, observamos que o motivo original para o adiamento da reunião por parte de sua equipe foi a aposentadoria da sra. Novick. Consideramos a omissão na tentativa de reagendamento

¹ Para mais informações, consulte: *Cumplicidade na destruição II: Como os consumidores e financiadores do hemisfério norte fomentam o ataque de Bolsonaro à Amazônia brasileira*, Amazon Watch e APIB, abril de 2019: <https://amazonwatch.org/news/2019/0425-complicity-in-destruction-2>



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa - Conselho do Povo Terena - ATY GUASU – COIAB

Esta reunião, apesar do empenho dos nossos aliados da Amazon Watch para que ela fosse realizada, um grave desrespeito.

Os incêndios de 2019 registraram recordes, mas, tragicamente, as queimadas de 2020 os ultrapassaram em muito. Somente nos primeiros dez meses do ano, 2020 ultrapassou o número total de incêndios de todo o ano de 2019. As estimativas apontam que cerca de 2,2 milhões de hectares da floresta tropical amazônica do Brasil foram queimados este ano – uma área aproximadamente do tamanho do país de Gales, no Reino Unido. Acredita-se que grande parte dos incêndios deste ano foram iniciados intencionalmente, como forma de converter a floresta tropical protegida em pasto e áreas para cultivo.

Os incêndios ameaçaram seriamente os territórios indígenas habitados por povos isolados. Esses eventos vêm se somar às ameaças representadas pela mineração industrial e ilegal, megaprojetos de produção e distribuição de energia e, como mencionado acima, do agronegócio, conforme demonstramos em nosso relatório mais recente, *Cumplicidade na destruição III: Como corporações globais fomentam violações de direitos dos povos indígenas na Amazônia brasileira*, compartilhado com sua equipe uma semana antes da data de publicação, 27 de outubro de 2020. No relatório, expomos que a BlackRock tem promovido financeiramente pelo menos nove empresas direta ou indiretamente implicadas na grilagem de terras e outras violações ao direito à terra dos povos indígenas na Amazônia: Anglo American, Cargill, JBS, Vale, Belo Sun, Cosan, Energisa, Equatorial e Eletrobras. Ressaltamos que esses impactos violam os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

Sr. Fink, o senhor falou longamente sobre a responsabilidade social que as empresas têm nas comunidades onde atuam, e também sobre a necessidade de se enfrentar a mudança climática. E, na semana passada, a BlackRock anunciou que publicará novas informações sobre sua conduta em relação ao desmatamento e à biodiversidade em janeiro de 2021. No Brasil, as operações de empresas como as que mencionamos acima, às quais a BlackRock direciona investimentos substanciais em nome de seus clientes, têm impactos profundamente negativos em nossas comunidades, nossas florestas e no clima. Qualquer conduta ou política corporativa de engajamento que busque enfrentar a biodiversidade e o desmatamento deve ser focada na defesa dos direitos dos povos indígenas; as florestas são nossos lares ancestrais, e provamos continuamente ser os melhores protetores da Amazônia, assim como o são nossos irmãos e irmãs em outras partes do mundo.

Haja vista a omissão frente aos nossos esforços em dialogar com o senhor sobre a destruição violenta de ecossistemas e povos indígenas atualmente em curso no Brasil, fazemos esta chamada pública para que a BlackRock assuma a responsabilidade pelos impactos de seus investimentos.

Pedimos à BlackRock que:



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa - Conselho do Povo Terena - ATY GUASU – COIAB

Comprometa-se com uma política de proteção às florestas e aos direitos indígenas. Essa política deve incluir, mas não necessariamente se limitar, aos seguintes princípios²:

- Respeito pelos direitos dos Povos Indígenas, seu direito à terra e à autodeterminação;
 - Exigências para que as empresas consultem e obtenham o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais e locais antes de se envolver em qualquer atividade comercial que possa impactar essas populações;
 - Critérios e padrões claros para envolvimento com prazo determinado com empresas investidas e, se o envolvimento não resultar em mudanças concretas no comportamento e nas operações da empresa, um processo para exclusão de empresas tanto de fundos ativos quanto de fundos de índice com base nesses critérios e padrões específicos;
 - Tolerância zero para ataques contra defensores de terras;
 - Proibição do desmatamento, turfa ou exploração na cadeia de suprimentos de qualquer empresa;
 - Divulgação de emissões oriundas das cadeias produtivas ou fluxos financeiros (emissões de escopo 3);
 - Proteções contra contaminação da água e do solo.
- Vote em favor das decisões de acionistas que possam ser apresentadas em apoio a uma maior transparência e respeito aos direitos humanos e à proteção das florestas, e contra membros do conselho que se recusem a implementar medidas contra o desmatamento e em defesa dos direitos indígenas.
 - Condene publicamente os ataques claros e diretos do governo Bolsonaro aos povos indígenas e as tentativas de seu governo de permitir o desmatamento total da floresta amazônica.

Aguardamos uma oportunidade de discutir medidas concretas que a BLK pode adotar para fortalecer essas políticas; neste momento, nosso único interesse em abrir um diálogo com a BLK é para a criação de políticas, não para ajudar a empresa a cumprir uma obrigação de consulta aos povos indígenas.

Os investimentos da BlackRock têm impacto em nossa vida e em nossas comunidades e, portanto, a empresa é responsável por nosso futuro. Se a Amazônia for destruída, o futuro de todo o planeta está em risco.

Atenciosamente,

Luiz Eloy Terena
Membro da Coordenação Executiva da APIB

² Para mais detalhes sobre esses princípios, consulte as informações de nossos parceiros na campanha BlackRock's Big Problem: <https://www.blackrocksbigproblem.com/post/forests-and-human-rights-principles-for-asset-managers>